

RESENHA: UMA HISTÓRIA ESSENCIAL DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2024. 134 p.

Fábio Luiz Nunes¹

RESUMO

Analisa-se *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (2024) de Mitsuko A. M. Antunes. Discute-se a abordagem da autora sobre a origem de um pensamento psicológico no Brasil colônia (séculos XVI-XIX) e sua evolução no século XIX, vinculado à educação e à medicina, em contextos de significativas transformações sociais. Explora-se sua análise sobre a autonomização da psicologia, examinando a inserção em instituições médico-hospitalares, educacionais e organizacionais entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. A resenha aborda a conclusão de Antunes (2024), que sintetiza esse complexo processo, pondo luz sobre as tensões entre a instrumentalização da psicologia em favor da lógica do capital e de contribuições críticas de pensadores desse campo do conhecimento. Considerada fundamental para a historiografia da psicologia brasileira, a obra suscita, porém, a necessidade de aprofundar a discussão sobre a transformação ética de práticas historicamente instrumentalizadas, como a avaliação psicológica, hoje orientada para o respeito à diversidade dos modos de existência humana.

Palavras-chave: Psicologia no Brasil; História; Pensamento psicológico.

AN ESSENTIAL HISTORY OF BRAZILIAN PSYCHOLOGY

ABSTRACT

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. Técnico-administrativo em educação no CEFET-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>. E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br.



This review examines *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (“Psychology in Brazil: a historical reading on its constitution”), by Mitsuko A. M. Antunes (2024). It discusses the author’s approach to the emergence of psychological thought in colonial Brazil (16th–19th centuries) and its evolution during the 19th century, particularly its association with education and medicine amid significant social transformations. The analysis delves into the process of psychology’s autonomization, focusing on its integration into medical-hospital, educational, and organizational institutions from the late 19th century through the early decades of the 20th century. The review addresses Antunes’s (2024) conclusion, which synthesizes this complex process by highlighting the tensions between the instrumentalization of psychology in service of capital and the critical contributions of scholars within the field. While the work is deemed fundamental to the historiography of Brazilian psychology, it also underscores the need for deeper discussions on the ethical transformation of historically instrumentalized practices, such as psychological assessment, which today should be oriented toward respecting the diversity of human existence.

Keywords: Psychology in Brazil; History; Psychological thought.

UNA HISTORIA ESENCIAL DE LA PSICOLOGÍA BRASILEÑA

RESUMEN

Se analiza *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (“La psicología en Brasil: lectura histórica sobre su constitución”), de Mitsuko A. M. Antunes (2024). Se discute el enfoque de la autora sobre el origen del pensamiento psicológico en Brasil durante la colonia (siglos XVI-XIX) y su evolución en el siglo XIX, vinculado a la educación y la medicina, en contextos de significativas transformaciones sociales. Se explora su análisis sobre la autonomización de la psicología, examinando su inserción en instituciones médico-hospitalarias, educativas y organizativas desde finales del siglo XIX hasta las primeras décadas del XX. La reseña aborda la conclusión de Antunes (2024), que sintetiza este complejo proceso, destacando las tensiones entre la instrumentalización de la psicología en favor de la lógica del capital y las contribuciones críticas de pensadores en este campo del conocimiento. Considerada fundamental para la historiografía de la psicología brasileña, la obra plantea la necesidad de profundizar en la discusión sobre la transformación ética de prácticas históricamente instrumentalizadas, como la evaluación psicológica, hoy orientada hacia el respeto a la diversidad de formas de existencia humana.

Palabras clave: Psicología en Brasil; Historia; Pensamiento psicológico.





Reconhecida por sua carreira na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1992, e detentora do mestrado em Filosofia da Educação (1985) e do doutorado em Psicologia Social (1991), a psicóloga Mitsuko A. M. Antunes tem-se consolidado como uma das referências na investigação da história da psicologia da educação no Brasil, com ênfase em processos de institucionalização, identidades de educadores e inclusão escolar, além de exercer a edição da revista *Psicologia da Educação* e integrar a Academia Paulista de Psicologia. A *psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*, originalmente lançada em 1998, alcançou sua quinta edição em 2024. Nela, Antunes desenvolve um mapeamento crítico dos marcos epistemológicos e institucionais que deram forma à disciplina psicológica no país, desde sua articulação inicial com as esferas médicas e educacionais até sua afirmação como campo autônomo. A referida obra é, portanto, o objeto da presente resenha.

Na análise empreendida por Antunes (2024), a seção de *Antecedentes* e o subsequente capítulo 1 da parte I, intitulado *A preocupação com os fenômenos psicológicos no período colonial*, são relevantes por delinear a gênese de um “pensamento psicológico” no Brasil colônia, estendendo-se principalmente pelos séculos XVI ao XVIII e adentrando o início do XIX. Fundamentando-se de maneira significativa nos estudos pioneiros de Marina Massimi, Antunes (2024) mostra como temas precursores encontravam expressão em uma diversidade de discursos (teológicos, morais, pedagógicos e até mesmo médicos), produzidos por agentes letrados como os jesuítas, desde sua chegada ao Brasil, em 1549, e por figuras da administração colonial. A autora apreende essa produção textual concebendo-a como um instrumento de governança metropolitana, de catequese e, portanto, de conformação sociocultural, que manifestava também uma originalidade incipiente, desenhada pelas especificidades da experiência colonial, formando assim um complexo e, por vezes, contraditório alicerce sobre o qual a psicologia, como disciplina formal, viria a se consolidar no território nacional.

Em *A preocupação com os fenômenos psicológicos no século XIX*, segundo capítulo da parte I, traça-se um panorama historiográfico da evolução do pensamento



psicológico no Brasil imperial e nas primeiras décadas da República, contextualizando-o em um período de significativas transformações sociais e institucionais, como a transferência da corte portuguesa em 1808 e a gradual conformação de um aparato estatal e educacional. Antunes (2024) mostra como, na esfera da educação, a preocupação com o psíquico se manifestava de forma incipiente; porém, progressivamente sistemática. Nessa linha, são marcos importantes o estabelecimento das primeiras escolas normais e a criação do Pedagogium (1890).

Nesses espaços, o pensamento psicológico eclode atrelado à filosofia e, sobretudo, à pedagogia, influenciada por correntes europeias como o positivismo, o liberalismo e as ideias de teóricos do porte de Locke, Herbart e Pestalozzi. Antunes (2024) salienta que o interesse pela vida psíquica era predominantemente instrumental, pois visava à formação de quadros profissionais e à otimização dos métodos de ensino, refletindo as necessidades de um sistema educacional em expansão e as concepções sobre a natureza infantil e a aprendizagem, ainda que longe de uma psicologia autônoma.

Ao mesmo tempo, Antunes (2024) examina a inserção de temáticas psicológicas no campo da medicina, com ênfase na produção das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (criadas formalmente em 1832, mas com origens em 1808) e no movimento alienista. As teses inaugurais de doutoramento tornam-se um importante repositório, como exemplificado pelo trabalho de Manoel Ignacio de Figueiredo Jaime (1836) sobre as “paixões e afetos d’alma”, e, mais ao final do século, a tese de Henrique Roxo sobre a “duração dos atos psíquicos elementares”, que Antunes (2024), na esteira de outros historiadores, aponta como um marco inicial da psicologia experimental no país. A autora também esmiúça a emergência da medicina social e seu papel na configuração dos primeiros asilos, como o Hospício Pedro II (1842), no Rio de Janeiro, e o Asilo Provisório de Alienados de São Paulo (1852). Nesse âmbito, o pensamento psicológico é frequentemente mobilizado para a compreensão da loucura, da higiene mental e do controle social, notadamente em relação às populações urbanas e aos ditos “desviantes”.



O primeiro capítulo da parte II, “A psicologia em instituições médicas”, investiga o contexto do alienismo e do organicismo, o qual se ancorava em teorias da degenerescência, dando destaque a instituições como o Hospício do Juquery, sob Franco da Rocha, e o Hospital Nacional dos Alienados, com Juliano Moreira, onde se estabeleceu um laboratório de psicologia em 1907, além da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (Rio de Janeiro), com o fundamental laboratório fundado por Waclaw Radecki, em 1923. Esses ambientes se tornaram locais de reclusão e também espaços de produção e aplicação de um saber psicológico embrionário, ainda que vinculado a projetos de controle social e de profilaxia. Antunes (2024) também menciona a Liga Brasileira de Higiene Mental (fundada em 1923) e o movimento contra-hegemônico de Ulysses Pernambucano em Recife, tratando também da contribuição da medicina legal, da psiquiatria forense e de teses de doutoramento como vetores de um conhecimento psicológico que, embora emergente, se debatia entre sua instrumentalização por discursos médicos dominantes e a busca por uma identidade científica própria.

Aborda-se, em seguida, o papel preponderante da esfera educacional como substrato para a constituição da psicologia como campo científico e profissional no Brasil, desde a Reforma Benjamin Constant (1890), que introduziu a disciplina no currículo, até as primeiras décadas do século XX. Delineia-se como o movimento escolanovista, particularmente a partir dos anos 1920, instrumentalizou a psicologia enquanto base científica para uma “nova pedagogia”, impulsionando a criação e consolidação de laboratórios e cátedras em instituições-chave, a exemplo da paradigmática Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte, com o influente laboratório de Helena Antipoff, estabelecido no final da década de 1920.

Antunes (2024) demonstra que, nesses espaços, floresceram a pesquisa psicométrica, a adaptação e elaboração de testes, os estudos sobre desenvolvimento infantil e a formação de professores sob a égide dos princípios psicológicos, apontando, no entanto, a frequente ênfase na psicotécnica, mesmo reconhecendo as contribuições originais de figuras como Antipoff, que avançou na compreensão das



influências socioculturais no desenvolvimento psíquico, marcando um contraponto às abordagens puramente individualistas ou inatistas.

A obra dedica-se também a uma análise da emergência e consolidação da aplicação da psicologia às dinâmicas laborais no Brasil, com foco principal na década de 1920, mas com desdobramentos nos anos subsequentes. A autora empreende esse estudo no capítulo 3 da parte II, “A psicologia na organização do trabalho”. Nele, contextualiza-se a inserção dos saberes psicológicos no bojo da nascente industrialização brasileira, da organização da classe trabalhadora e da busca do empresariado por maior eficiência e controle produtivo, o que propiciou a recepção das doutrinas da racionalização do trabalho e da administração científica, em especial o taylorismo. Antunes descreve como a psicotécnica tornou-se o principal veículo de inserção da psicologia nesse campo, citando marcos como a experiência pioneira de Roberto Mange no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1924), a aplicação de testes nas ferrovias e a fundação de instituições como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Antunes (2024) indica que essa aplicação da psicologia abria um novo campo profissional, mas também se encontrava fundamentalmente submetida aos interesses do capital, aspirando à otimização da produtividade e à adequação do “fator humano” às exigências industriais, sob um aspecto de neutralidade científica que mascarava suas implicações no controle social e na subjetivação das questões ocupacionais.

Na parte III, Antunes (2014) reitera e sintetiza sua tese central, argumentando que a penetração e autonomização da Psicologia como ciência e campo profissional no Brasil, entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, constituiu um processo complexo, determinado pela confluência de transformações socioeconômicas e culturais locais e pela evolução do próprio saber psicológico em âmbito internacional. A autora recapitula como, a partir de um pensamento psicológico difuso e subordinado a outras áreas no período pré-republicano, a psicologia gradualmente conquista seu espaço, sobretudo nas instituições de saúde e, de forma mais proeminente, nas instituições educacionais. Antunes (2024) sublinha que essa trajetória, longe de ser linear ou homogênea, marca a tensão entre a



instrumentalização da psicologia por projetos de modernização, controle social e interesses de classe, e as contribuições originais e contextualizadas de pensadores que buscaram uma compreensão mais crítica e socialmente engajada do psiquismo, como Manoel Bomfim e Ulysses Pernambucano, conclamando todos para a contínua investigação dessa historicidade.

Afinal, *A psicologia no Brasil* representa uma contribuição fundamental para a compreensão do percurso da psicologia em território brasileiro. A obra se sobressai por sua análise do processo de autonomização da disciplina, desde seus antecedentes coloniais e imperiais até sua consolidação científica e profissional nas primeiras décadas do século XX. Com especial enfoque nas contradições dialéticas, igualmente destacadas em outro artigo (Antunes, 2012), a obra resenhada fornece ao leitor um panorama coeso da história do pensamento e das práticas psicológicas em território nacional. Sua análise é, certamente, indispensável à formação crítica de psicólogos e pesquisadores da área.

Apesar de seu mérito, uma observação pertinente diz respeito à forma como a obra, quando sublinha as instrumentalizações da psicologia em projetos de controle social, não elucida com suficiente clareza a transformação dos saberes *psi*. Algumas abordagens, mesmo tendo origens em contextos de exclusão, a exemplo da avaliação psicológica, evoluíram e hoje se pautam por práticas e técnicas sustentadas na valorização dos direitos humanos e no respeito à diversidade.

Se a crítica à utilização da psicologia como ferramenta de manutenção de desigualdades é historicamente precisa e necessária, a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a resignificação e o desenvolvimento ético posterior de alguns desses campos pode romantizar a complexidade de trajetórias atuais da psicologia. Todavia, essa lacuna não invalida a relevância da análise histórica de Antunes (2024), embora aponte para a necessidade de leituras complementares que abordem a dinâmica de transformação e os atuais fundamentos éticos das diversas psicologias no Brasil.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília (DF), v. 32, n. esp., p. 44-65, 2012.

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2024.

